



MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

16 de Fevereiro de 2011

Ditadura Egípcia

Primeiras medidas da Junta Militar Novas tarefas da situação

No domingo, 13 de fevereiro, o Conselho Supremo das Forças Armadas decidiu que permanecerá por seis meses no comando do Estado, dissolveu o Parlamento, anunciou uma reforma da Constituição e prometeu convocar eleições. Manteve o estado de emergência e assegurou a continuidade do acordo de colaboração com Israel.

Imediatamente, soldados passaram a limpar a Praça Tahrir, enquanto que uma porção de ativistas lá permanecia desconfiada do desfecho e obstinada como último reduto de um levante de milhões de egípcios em todo o país. A trincheira e tribuna popular da interrompida revolução democrática – a mais ampla e verdadeira democracia que o Egito conheceu em toda sua história – perdeu a força e os militares golpistas passaram a ditar a denominada transição democrática.

A esquerda – do estalinismo ao pseudo-trotskismo – saudou o afastamento de Hosni Mubarak como grande vitória popular e não caracterizou a sua substituição pela Junta Militar como um golpe contra-revolucionário. No entanto, a gigantesca ação direta havia exposto o seu “tendão de Aquiles” na ausência de uma direção e de um programa revolucionários. A direção pequeno-burguesa combativa representada pelo ativismo da juventude não estava à altura de defender um programa democrático. E a direção burguesa que correu atrás do levante para assim se colocar à sua cabeça agiu como o “cavalo de Tróia” no seio das massas sublevadas.

Está aí por que o afastamento do ditador não se deu pelas mãos da revolução, pelo Estado Maior da Praça Tahrir e pela democracia do movimento popular. Está aí por que bastou o anúncio da renúncia de Mubarak para que a grandiosa onda de protesto nacional refluísse imediatamente. Está aí por que o golpe foi admitido como solução, ainda que a não desejada. E está aí por que o movimento não voltou às ruas para contestar o golpe contra-revolucionário e as medidas do Conselho Supremo das Forças Armadas de preservação do velho regime político.

A esquerda que se diz revolucionária e socialista não



A festa na praça mostrou que a manobra do golpe militar serviu para refluir o movimento

contribuiu e não contribuiu para extrair as lições da revolução interrompida com seus júbilos e com suas alegrias, dedicadas à “rebelião vitoriosa”, “à primeira vitória do povo”, à “revolução (que) derruba Mubarak”, “o amanhecer da revolução no Egito” etc. Não alertou para a traição que protagonizava a oposição burguesa. Não reconheceu como golpe contra-revolucionário os militares assumirem o poder por meio da Junta. Não defendeu a estratégia da revolução proletária. A esquerda se limitou, cada uma a seu modo, ao democratismo que concretamente levou a revolução democrática à impotência e à interrupção pela ação golpista das Forças Armadas.

É preciso ser severo na compreensão dos acontecimentos. O heróico levante das massas com seus trezentos mártires não contou com a direção do proletariado. Expressou a profunda crise de direção, resultante do desmantelamento da III Internacional pelo estalinismo e da desintegração da IV Internacional sob a política revisionista, na década de 1950. As massas egípcias com sua juventude oprimida disposta à luta careceram do partido marxista-leninista-trotskista. Não puderam expressar seu ódio ao regime ditatorial, corrupto e sanguinário por meio da estratégia da revolução social, que somente o proletariado pode materializar por meio de seu partido.

A sublevação dos explorados esteve concentrada na bandeira de renúncia de Mubarak, não importando quem assumisse o seu lugar. A oposição burguesa procurou uma saída negociada em torno de um “governo de transição”. O partido comunista do Egito estalinista propôs a “formação de um conselho presidencial para um período transitório de duração limitada”, “um governo de coalizão” e convocação “de uma constituinte, eleita, para escrever uma nova constituição”. Ainda que a proposta apresentada pela oposição fosse de um governo burguês de conciliação, não foi aceita pelas Forças Armadas. A cúpula militar e o imperialismo tinham a avaliação de que bastava remover Mubarak para frear o movimento.

O regime estava decrépito. O imperialismo não teve dúvidas de que não havia direção revolucionária. As Forças Armadas se preservaram. À cúpula militar caberia o desfecho. A remoção do ditador enfraquecido seria o mal menor. O regime político se preservaria. O preço a ser pago, portanto, não custará mais do que remendos constitucionais. Com a colaboração da oposição burguesa, sedenta de compartilhar do poder do Estado, a insubordinação de 25 de janeiro servirá de alicerce e de legitimação às disputas interburguesas.

A Junta Militar não permitirá que as mortes de trezentos lutadores sejam apuradas. Não aceitará que o regime de Mubarak seja desmantelado e julgado pelos crimes cometidos. As Forças Armadas foram e continuarão a ser o esteio do Estado burguês e do regime estruturado desde o golpe de 1952 que pariu a República em 1953. Caso a Junta reformule a Constituição e convoque eleições, restabelecendo o Parlamento e o funcionamento presidencial, a democracia não passará de uma caricatura. O atraso semicolonial do País e a miséria das massas não permitem a democracia proclamada de boca cheia tanto pelo imperialismo como pela oposição burguesa. A necessidade de centralização autoritária demonstrada nesses cinquenta e sete anos de República continua vigente. É o que explica o amplo espaço ocupado pelas Forças Armadas no poder e o consequente controle de parte significativa das atividades econômicas.

Uma revolução democrática destruiria essa centralização, desmontaria o poder das Forças Armadas, expulsaria a casta privilegiada de civis e de militares e confiscaria imediatamente todos os seus bens. A democracia política no Estado refletiria a organização direta das massas e a ela se subordinaria. Esse é o ponto de partida da situação revolucionária que se abriu em 25 de janeiro e que emergiu dos acontecimentos, mas que não teve como se materializar devido à ausência da direção proletária. A derrocada do regime pela ação das massas levaria o proletariado ao poder. Somente por essa via as tarefas democráticas seriam postas em mar-



O exército, que não reprimiu as manifestações contra Mubarak, se encarregou de esvaziar a praça após o golpe militar.

cha. Uma Constituinte poderia ser convocada sob o controle da classe operária e das massas organizadas na luta.

Não se pode considerar uma revolução democrática e nem o começo dela o afastamento do ditador pelos militares. É preciso que se diga sem meias palavras – sem o exitismo barato como o de que “a revolução derrubou Mubarak” – que houve um golpe contra-revolucionário para impedir que o levante derrubasse Mubarak. Afastar Mubarak e manter o regime político com os militares à frente é manter Mubarak. Não tem o menor sentido afirmar que “uma verdadeira revolução democrática está em curso”, se não se fundamenta no proletariado, na sua direção revolucionária, e se não se defende a estratégia da revolução proletária.

Existe a probabilidade das massas voltarem às ruas contra a Junta? Imediatamente, é mais improvável do que provável. Para alcançar a onda gigantesca que estremeceu o Egito durante dezoito dias, é necessário que as contradições econômicas da crise interna e mundial se manifestem em grande escala. O refluxo imediato ao golpe indicou o limite da disposição e da capacidade de luta das massas sem uma direção revolucionária, encarnada pelo partido. Indicou também a impotência da direção pequeno-burguesa e o oportunismo da oposição burguesa. É provável que as contradições econômicas e sociais que desencadearam a insubordinação das massas virão à tona e novos embates ocorrerão. Mas a necessidade de constituir uma direção revolucionária continuará presente.

A vanguarda deve levar em conta todos esses obstáculos para preparar desde já novos embates que virão, cedo ou tarde, com o processo de adaptação do regime político às disputas interburguesas. As greves operárias mostraram um caminho promissor. As bandeiras “Abaixo o golpe contra-revolucionário”, “Fora a Junta Militar”, “Por um governo operário e camponês” estão colocadas pela nova situação que se abriu com o golpe contra-revolucionário.

16 de fevereiro de 2011